



# PREFEITURA DE SÃO PAULO

## SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA COMITÊ INTERSETORIA DE POLÍTICA MUNICIPAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

Rua Libero Badaró, 119 - Bairro Centro - São Paulo/SP

Telefone: 11-2833-4150

**PROCESSO 6074.2024/0007299-7**

**Extrato de Ata SMDHC/CPDDH/CPPSR/COMITEPOPRUA Nº 129660991**

### **ATA DA 129ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ POPRUA**

REALIZADA NO DIA 02 DE JULHO DE 2025 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

**Participantes Governo:** Karen Fernanda Barbosa (SMDHC); Roberta Cristina Paulino (SMDHC); Thiago Fijos de Souza (SME); Mary Luciana da Cunha Silva (SMADS); Thais Silva dos Santos (SMADS); Inspetor Braga (SMSU); Erico Baptistella Casagrande Pinto (SMSUB); André Luiz Martins dos Santos (SEHAB); Maria Lucia de Oliveira (SMDET); Luciana de Souza Braga (SGM); Maria Isabel Capinan (SGM)

**Participantes Sociedade Civil:** Gisele Abreu; Alexandre Claudio

**Participantes Organização Social:** Beatriz Clemente (Fórum da Cidade); Mabel Andrade Garcia (AEB), Vivian (Centro Gaspar Garcia).

**Participantes Convidados:** Patrícia Goretti (SMDHC); Daniela Santiago (SMDHC) Eduarda de Paula (SMDHC);

A reunião teve início às 15h07, sendo presidida pela Sra. Karen Fernanda. Foi constatado o quórum necessário para a realização do encontro. Karen destacou a presença das seguintes secretarias: SMDET (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho), SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação), SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) e a Secretaria Municipal de Segurança Urbana.

No que diz respeito à composição da sociedade civil no conselho, foram mencionados os conselheiros Alexandre e Gisele. Foi questionada a ausência de representantes da SMADS (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social), ao que Karen informou que, até aquele momento, a pasta ainda não havia comparecido.

Karen também ressaltou que a reunião estava sendo gravada e, em seguida, apresentou a Sra. Patrícia, chefe de equipe da CPPSR, para tratar das ações relacionadas à Operação Baixas Temperaturas.

Patrícia se apresentou formalmente e destacou a importância das pessoas presentes no encontro, bem como o papel da operação no enfrentamento às consequências das baixas temperaturas para a população em situação de rua. Durante sua fala, o conselheiro Alexandre questionou

Patrícia sobre denúncias anteriormente registradas, alegando que a ouvidoria recebe as queixas, mas não apresenta respostas efetivas ou resoluções. Patrícia respondeu que, naquele momento, o objetivo principal era abordar especificamente as ações relativas às tendas da Operação Baixas Temperaturas, mas reconheceu a necessidade de atenção às denúncias e do fortalecimento dos canais de escuta.

Em seguida, uma mulher identificada como Karina relatou ter permanecido mais de sete dias em frente a um albergue, sem atendimento, e questionou a atuação da Secretaria de Direitos Humanos, perguntando "onde foram parar os direitos humanos" diante de tal situação.

Patrícia esclareceu que nem todas as respostas dependem exclusivamente da SMDHC, reiterando que há limites institucionais e operacionais, mas enfatizou que, na ausência de resposta imediata, é fundamental continuar na luta coletiva. Destacou ainda que a equipe está aberta ao diálogo e que é preciso respeitar os prazos e as falas, reconhecendo a lentidão de alguns processos, mas reafirmando o compromisso com a escuta e com a tentativa de resolução das demandas.

Dando continuidade, a Karen abriu espaço para falas abertas, informando que a primeira inscrita seria a conselheira Gisele.

Gisele, moradora da Vila Reencontro e conselheira PopRua, relatou com indignação a situação vivida pelas famílias após o processo de desocupação e o chamado "auxílio reencontro". Segundo ela, 15 famílias permanecem na Vila, em condições precárias, sem apoio efetivo do poder público. Gisele denuncia a existência de equipamentos públicos vazios, questionando o paradeiro dos dados das famílias atingidas e apontando a existência de diversas violações de direitos. Ela relata que o auxílio reencontro foi suspenso mesmo para famílias acolhidas em hotel social, e que o NDS (Núcleo de Desenvolvimento Social) foi financiado com recursos públicos, ao mesmo tempo em que essas mesmas famílias continuam sem acesso a cestas básicas e alimentação. Ela solicita, por meio de ofício, a entrega urgente de cestas básicas, alimentação adequada, e a implementação de um monitoramento efetivo das famílias. Também destacou que algumas delas foram encaminhadas para cortiços insalubres, enquanto outras estão vivendo literalmente no chão, sem qualquer condição de dignidade.

Gisele acusa a organização Diagonal de ter faltado com a verdade e cobra esclarecimentos sobre o destino dos R\$ 17 milhões destinados ao projeto, exigindo que esses valores sejam devidamente investigados. Questiona também se haverá atendimento para as famílias que, após passarem por todo o processo, acabaram voltando para a rua. Menciona, inclusive, a situação no Itaim, onde também há falta de cestas básicas e contas de água ultrapassando os R\$500, acumuladas sem possibilidade de pagamento pelas famílias.

De acordo com Gisele, o contrato com a Diagonal teria sido assinado mais de três vezes, o que, para ela, reforça a necessidade urgente de transparência em todo o processo. Declarou não desejar mais o auxílio reencontro, pois, segundo suas palavras, "não tem nada", e reforça que as famílias estão passando fome e frio, enquanto recursos públicos são utilizados sem clareza.

Por fim, Gisele defende que a responsabilidade e a condução do atendimento às famílias sejam feitas por meio de uma parceria entre a SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação) e a SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania), com o compromisso de transparência e justiça social.

Castor iniciou seu relato e se dirigiu ao presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, ao

governador Tarcísio Gomes de Freitas e ao prefeito Ricardo Nunes, destacando a revolta da população em situação de calçada e pedindo que parassem de levar pessoas para as reuniões, já que não iria se resolver nada. Pediu que trouxessem o presidente, o governador e o prefeito para que resolvessem a situação. Destacou ainda que a calçada não conhece quem está falando naquele microfone, um voluntário que não está ganhando nada para estar ali, e informou que essa era a apresentação que ele havia feito. Castor comentou sobre o viaduto 9 de julho, relatando a situação de uma moça que ligou para ele e informou que estava ocorrendo uma desocupação às 22h. Informou que aconselhou a moça a procurar a SMDHC para ter mais informações. Destacou que aquilo era um cabide de emprego e questionou como poderiam jogar uma família com criança para a calçada às 22h30 e ainda oferecer um albergue. Ressaltou que foi o que a mulher lhe disse por telefone, Castor detalha que comprou o peixe que venderam, e que o albergue não comportava uma família com criança. Falou que não conseguia falar difícil porque não era doutor, mas que sua revolta era quando se falava em números, destacando que havia mais de 100 pessoas dentro desse local. Questionou apontando para as bandeiras que representam o Brasil, onde estava o brasileiro que não respeita o brasileiro. Castor também destacou a situação das comidas distribuídas nas Tendas de Baixa Temperatura, como as sopas e marmix, pois não tinham sustância, e mencionou que o brasileiro precisava usar o banheiro. Informou que estava pedindo isso há mais de dez anos, e a presença da imprensa. Pediu que parassem de dar atenção a outros países, pois não tinha nada a ver com isso, e que, se o presidente Luiz Inácio Lula da Silva estava preocupado com a guerra, ele deveria se preocupar com a revolta dentro do comitê. Destacou que a representante da coordenação não aparecia há mais de seis meses.

Castor afirmou que queria falar com o prefeito e disse que sua mãe o ensinou que, quando fosse falar, deveria falar não com capataz, mas com o dono, pois capataz não resolve nada, só leva e traz. Questionou onde estavam as pessoas da Cracolândia, e, caso tivesse acabado, que bom, mas onde estavam agora? Falou sobre a fila para pegar copo de sopa e mencionou que Deus estava ouvindo a conversa, mencionando ainda que havia visto uma senhora grávida na fila para pegar sopa e questionou se não tinham vergonha na cara. Castor destacou que, sempre que fosse falar, faria isso com essa energia, e se alguém achasse que ele não deveria, ele mostraria a lei.

Renato se apresenta e destaca que está presente desde a primeira gestão no Comitê. Informa que é necessário estabelecer uma política definitiva. Ressalta que há momentos em que se ganha e momentos em que não. Afirma que a população em situação de rua é tratada em 360°, mas que, mesmo após mais de 30 anos, ainda não se olha por completo para essa realidade. Declara que deseja que o olhar seja de 180°, de forma mais branda. Relata que, quando se convoca as secretarias, como habitação e saúde, elas não comparecem, o que reflete uma realidade persistente há anos. Renato também menciona os albergues e as tratativas dos funcionários, apontando como esses profissionais agem com a população em situação de rua. Destaca, por fim, que governo entra e governo sai, e nada muda.

Flávio cumprimenta todos os presentes e destaca que, na sua visão, a política atual não serve para a população em situação de rua. Relata um caso em que afirma que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) roubou seu telefone, danificou-o e não devolveu seus documentos. Destaca que, atualmente, o ser humano não tem mais valor e menciona o Programa Operação Trabalho (POT). Fala sobre o uso de substâncias e critica fortemente o governo vigente, referindo-se a ele de forma pejorativa. Flávio ainda afirma que a prefeitura apenas retira direitos e recursos, sem oferecer contrapartidas, e denuncia casos de roubo e desvalorização da vida humana. Faz referência a organizações não governamentais (ONGs) e à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

Karen intervém pedindo que ele conclua sua fala e encaminhamentos.

Flávio responde que o espaço da Ordinária pertence à população em situação de rua e que os servidores públicos estão ali para servir. Menciona o caso do vereador Eduardo Suplicy e comenta que há políticos que não gostam dele. Dirige-se à Patrícia, dizendo que é necessário tomar uma iniciativa e questionando se ela veio apenas para não fazer nada. Expressa o desejo de que Luiza Quirino (ex-coordenadora) retorne à gestão.

Flávio também informa que conquistou a oportunidade de estar na Vila Reencontro, mas que, ao solicitar a transferência, a SMADS não a realizou. Ao final, deseja boas-vindas à Patrícia e encerra sua fala.

Maria deseja uma boa tarde a todos os presentes e destaca que fala como mãe e como mulher, exigindo respeito e compromisso. Ressalta a situação envolvendo a secretária Regina Santana, afirmando que considera inaceitável a conduta de Alcyr, antigo coordenador e relata que isso iria mudar, mas que não aparece mais nas reuniões. Relata que Regina não apresentou relatório, não encaminhou ofícios e continua se negando a dar atenção às pessoas, o que configura descumprimento de funções públicas. Informa que funcionários do comitê só trabalham lá por conta de pessoas em situação de rua. Enfatiza que quem ocupa cargo público tem a obrigação de escutar, analisar e encaminhar as demandas da população. Aponta que Regina não está realizando essas atribuições e que, enquanto isso, famílias e mães continuam sofrendo — pessoas que merecem respeito.

Ainda, questiona: “Cadê o coordenador do comitê que ninguém vê”. Destaca que Regina Santana havia apresentado Adalberto e mesmo assim ele somente foi a uma reunião e que não tem ninguém. Menciona que Luiza Quirino, que estava e a transferiram para Santo Amaro. Questiona se todos estão apenas utilizando de “farsa” e critica o fato de que, as atas não estão sendo disponibilizadas como prometido. Maria informa que denuncia tudo e que ninguém coloca essas denúncias em prática e, lembra que Dona Regina havia informado que as atas estariam disponíveis nas portarias, o que, segundo ela, não aconteceu. Ressalta a importância de se prestar atenção às atas, especialmente àquela em que foi solicitado o afastamento de Karen e Regina — algo que, segundo ela, foi omitido na ata oficial. Faz um apelo para que se fale a verdade. Relata que viu na internet Regina supostamente participando de reunião e solicitando recursos financeiros. Questiona por que Regina estaria escondendo essas informações e por que não comparece às reuniões. Indaga ainda por que tais informações não são repassadas às mães, mesmo após denúncias, e exige respostas, mencionando diretamente os nomes de Karen e Regina, acusando-as de se afastarem das responsabilidades e priorizarem “passeios”, e ainda não participar da ordinária, mas reuniões para pedir dinheiro ela quer.

Alex inicia cumprimentando com uma “boa tarde” e informa que a denúncia permanece a mesma, com atas sendo escondidas e sem qualquer retorno. Ressalta ainda que a Ouvidoria agenda atendimentos para datas muito distantes, enquanto o sofrimento das pessoas em situação de rua não pode esperar, questionando como isso pode ser chamado de ouvidoria. Destaca a apresentação de Adalberto como coordenador, afirmando que ele não exerce o papel de coordenador. Afirma que a população em situação de rua deseja o retorno de Luiza Quirino, que atuava diretamente nas ruas, e questiona onde estão os ofícios, ressaltando a ausência de explicações e que tentam vencer pelo cansaço. Saliencia que foi prometido acesso às atas, mas que estas são disponibilizadas somente para algumas pessoas. Relata que foi dito que as denúncias seriam encaminhadas ao Ministério Público, o que classifica como mentira, pois nos ofícios entregues não constam os nomes dos denunciantes e nenhuma explicação foi dada. Comenta que, na Câmara, houve elogios ao Comitê PopRua, mas que na prática é um processo

de “passar pano” de um para o outro.

Requer que conste em ata a informação sobre as trezentas famílias que o senhor Edvaldo afirmou ter retirado da rua e que participavam do Comitê, questionando onde estão essas famílias. Cita Anderson Lopes, que teria afirmado que Edvaldo era “burro” e lembra que existem pessoas em situação de rua na região da Paulista. Destaca que, embora se fale apenas na Cracolândia, é positivo que ela esteja sendo combatida, mas que também há população em situação de rua na Paulista. Questiona a ausência dos conselheiros, que foram cobrados em reuniões, mas nenhuma providência foi tomada. Pede atenção à sua fala, pois, mesmo com ele e sua companheira presentes, ninguém lhes dá ouvidos. Afirma que sua atuação é uma militância e que, se for para militar, que seja em prol da população em situação de rua. Fala sobre denúncias que foram escondidas e destaca a necessidade dos ofícios para que possam ser levados ao Ministério Público. Castor em meio a fala de Alex, ressalta que muitas pessoas não têm condições de se deslocar até lá e lembra que há pessoas na calçada em cadeiras de rodas ou amputadas que sequer sabem da existência do Comitê PopRua e os que sabem não conseguem se locomover até o local. Alex também destaca que ninguém tem falado sobre a saída de Maria Luiza Quirino, e que há rumores de que a prefeitura pretende fechar todos os albergues, o que está causando medo na população em situação de rua. Algumas pessoas seriam internadas e outras encaminhadas para a Vila Reencontro, mas não há transparência por parte da prefeitura e da SMADS. Solicita que essa situação seja registrada em ata e então encerra sua fala.

Sandra inicia sua fala destacando que a moradia definitiva seria o ideal para a população em situação de rua. Menciona que a Prefeitura está construindo 43 mil habitações por meio do programa Pode Entrar, e ressalta que seria importante a inclusão da SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação) e da SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania) no processo, com o objetivo de garantir que pessoas em situação de rua sejam contempladas. Critica a política de pagamento de aluguel social, observando que, nesse modelo, a pessoa nunca se torna proprietária do imóvel. Em contraste, afirma que, na moradia definitiva, o valor pago seria menor, mas com melhores condições de habitação e mais dignidade. Questiona quem está sendo incluído nas moradias definitivas e aponta que, caso a pessoa permaneça por cerca de vinte anos, o imóvel deveria ficar com o filho ou com a família, permitindo a preservação dos bens e da estabilidade. Afirma que abrigo não é lar e destaca que o presidente Lula assinou um decreto que prevê a destinação de 3% das moradias para a população em situação de rua. Diante disso, questiona quando essas moradias serão, de fato, entregues à população. Conclui destacando que essa é uma situação que exige reflexão e ação concreta, pois a moradia definitiva representa dignidade, segurança e pertencimento.

José França inicia sua fala ressaltando a importância de contabilizar quais órgãos e secretarias estão presentes nas discussões, mencionando especificamente a SMADS, SMSU, Educação, SEHAB, Governo e SMDH. Afirma que, ao todo, são nove órgãos envolvidos e que alguns ainda estão ausentes. Informa sobre inspetor Guilherme que sempre está nas reuniões e que respeita o PopRua. Destaca que as demandas trazidas por ele precisam ser encaminhadas aos representantes competentes, ressaltando a importância de saber a quem devem ser distribuídas, especialmente no que diz respeito à Saúde. Menciona a necessidade de marcar uma consulta do coração e que foi informado que a médica está de férias, mas que não tem médicos disponíveis para atender no período, e questiona como e por quem esses atendimentos estão sendo realizados. Aponta a ausência de médico na UBS em frente à Prefeitura, reforçando que deve haver ao menos um profissional para consultas, e que essa era uma demanda importante relacionada ao consultório de rua. E que a organização tem que deixar médico para atender. Solicita que a SMADS convoque representantes da SUSAN que é uma coordenação dos hotéis, e pede dos hotéis para uma fiscalização mais efetiva, e aproveita para convidá-los a participarem da

próxima reunião e delibera que a SMADS faça essa articulação. Destaca que Sandra trouxe questões importantes e compartilha que levou demandas para a Lucía, especialmente sobre a necessidade de religar uma pessoa ao Programa Operação Trabalho (POT). Ressalta que, embora a demanda dele possa não representar todos, certamente contribui para o grupo, e enfatiza que Karen, sozinha, não consegue dar conta de todas as demandas.

Por fim, sugere a criação de subcomitês em cada subprefeitura, formando uma comissão de representantes que contemple a sociedade civil e demais interessados, para melhor organização e encaminhamento das questões.

Arlion ressalta que está faltando dignidade completa para a população em situação de rua, que precisa ser devidamente representada e respeitada. Dirigindo-se a todos do comitê, informa que o grupo está ficando irritado diante da situação atual e destaca que, no Brasil, a dignidade está em falta, acompanhada do aumento da fome e da falta de moradia. Questiona a ausência de representantes das áreas de saúde e educação e enfatiza que o que realmente falta é dignidade, pois o país não está dando um bom exemplo. Reforça que as estatísticas indicam crescimento da pobreza e da fome no Brasil. Aborda ainda a questão da moradia, destacando que pessoas morrem nessa situação e que ninguém se manifesta sobre esses casos. Cita uma experiência trazida da Europa sobre dignidade na moradia, que contempla todos os aspectos necessários para garantir esse direito fundamental.

Karen reforça que oito das nove secretarias esperadas estão presentes nas discussões. E destaca que após a fala de Michael abrirá para SMADS e NDS falarem e seguir com a pauta.

Michael, próximo a se manifestar, destaca que Karen faz parte da coordenação do comitê e que, caso ela deseje, pode designar alguém para auxiliá-la, ressaltando que isso é uma questão dela. Afirma que os conselheiros precisam estar presentes e questiona quando teria visto os conselheiros reunidos fiscalizando os projetos da Prefeitura, respondendo a si mesmo que nunca presenciou tal situação. Saliencia que nunca viu um conselheiro ir até o CIATE para dialogar com a população e questiona por que a subprefeitura teria enviado alguém que, provavelmente, não entende de governo. Pergunta ainda onde está a fiscalização e a formação dos profissionais, enfatizando que a Guarda Civil Metropolitana (GCM) deveria estar presente para atuar como orientadora. Questiona também onde estão os representantes da SMADS. Solicita esclarecimentos a Lucas Amaral sobre sua atuação na fiscalização e indaga a um integrante da GCM se os funcionários estão recebendo preparação adequada.

Lucas Amaral pega o microfone no momento de fala de Michael, começa discursar que desconhecia as questões apresentadas.

Gisele intervém, afirmando que Lucas não é melhor que ninguém e que, para falar, é necessário colocar o nome na lista, pois ele não havia se inscrito para o momento de fala.

Lucas prossegue destacando que já viveu situação de rua e que hoje integra a assessoria de uma secretária, também com histórico de rua. Comenta sobre a CPAS - Coordenação de Pronto Atendimento Social, e a Central de Vagas, esclarecendo que não é responsável por todas as vagas, mas que atua na interlocução para conseguir vagas regulares. Apresenta o caso de uma pessoa desesperada que conseguiu vaga por sua intervenção. Esclarece que é assessor, não coordenador, e que começou como orientador de rua, atendendo a população em situação de rua. Ressalta que trabalhou seis meses na rua e hoje atua no gabinete, negando que seja responsável pelas vagas e refutando mentiras divulgadas contra ele, como uma acusação falsa de agressão a uma usuária. Afirma que possui dez anos de trabalho com a população de rua. Finaliza

informando que a fiscalização possui provas documentadas em telefone sobre uma visita ao CTA 14, local onde constatou muitas falhas e falta de cuidado com as pessoas. Destaca que há confusão entre questões pessoais e profissionais em relação a ele e que não responderá a uma pessoa que já está na Justiça. Cita o caso de Maria Tauane e seu esposo, que conseguiram uma vaga, ressaltando que quando a SMADS apresenta problemas, estes são sérios e que a população de rua é muito maior do que uma pessoa e seus interesses pessoais. Reforça que, em quatro anos, não recebeu nenhuma denúncia contra si na Ouvidoria ou no Ministério Público, e conclui afirmando que está com a verdade, assim como Beatriz Clemente que luta pela verdade, faz menção a conselheira, de que ambos lutam pela mesma causa, apesar de estarem em posições contrárias. Ele ainda diz que Beatriz é uma mulher guerreira.

Karen tenta retomar a ordem da reunião, porém, não foi possível. Por orientações do Inspetor Braga (GCM) em finalizar a reunião para evitar confusões maiores e preservar a integridade dos presente, principalmente das crianças, a reunião do comitê foi encerrada.

Roberta reforça o comunicado de encerramento da reunião, com o objetivo de esvaziar o auditório e conter a desordem. No entanto, Alex reage de forma hostil ao ser questionado e passa a atacar verbalmente a equipe. Diante da situação, a reunião é encerrada.

#### Encaminhamentos:

ORGÃO	ENCAMINHAMENTOS	DATA	TEMA	LOCAL
SMADS	Convocação SUSAM	02/07/2025	SUSAM	Ordinária agosto
SMS	Visita UBS	02/07/2025	Falta de médico	SMS

Lista de Presença: 129659451



**Adalberto de Almeida Santos**

**Assessor(a) V**

Em 21/07/2025, às 16:20.

---

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://processos.prefeitura.sp.gov.br>, informando o código verificador **129660991** e o código CRC **FD1B7C46**.

---